



Este artigo está licenciado sob uma licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

Você tem direito de:

Compartilhar — copiar e redistribuir o material em qualquer suporte ou formato.

Adaptar — remixar, transformar, e criar a partir do material para qualquer fim, mesmo que comercial.

De acordo com os termos seguintes:

Atribuição — Você deve dar o **crédito apropriado**, fornecer um link para a licença e **indicar se mudanças foram feitas**. Você deve fazê-lo em qualquer circunstância razoável, mas de maneira alguma que sugira ao licenciante a apoiar você ou o seu uso.

Sem restrições adicionais — Você não pode aplicar termos jurídicos ou medidas de caráter tecnológico que restrinjam legalmente outros de fazerem algo que a licença permita.



This article is licensed under a Creative Commons Attribution 4.0 International.

You are free to:

Share — copy and redistribute the material in any medium or format.

Adapt — remix, transform, and build upon the material for any purpose, even commercially.

Under the following terms:

Attribution — You must give **appropriate credit**, provide a link to the license, and **indicate if changes were made**. You may do so in any reasonable manner, but not in any way that suggests the licensor endorses you or your use.

No additional restrictions — You may not apply legal terms or technological measures that legally restrict others from doing anything the license permits.

MERIDIANO 47



INSTITUTO BRASILEIRO DE
RELAÇÕES INTERNACIONAIS

ISSN 1518-1219

Boletim de Análise de Conjuntura em Relações Internacionais

Nº 55
Fevereiro – 2005

S U M Á R I O

- 2 *Notas sobre a geopolítica do petróleo no século XXI*
João Fábio Bertonha
- 4 *O Tsunami Judicial através do Estreito de Taiwan*
Paulo Antônio Pereira
- 6 *A anti-globalização e o livre-comércio: angústia existencial*
Paulo Roberto de Almeida
- 8 *Reforma do Judiciário e Direitos Humanos*
Valerio de Oliveira Mazzuoli
- 11 *Governo Bush: manutenção da política externa sem contemplação*
Virgílio Arraes

Resenhas

- 13 *How to Lobby at International Meetings*
Paula Hitomi Nonaka
- 15 *As Garras do Condor*
Guilherme Ferreira Soares de Lima

Governo Bush: manutenção da política externa sem contemplação

Virgílio Arraes*

There is only one force of history that can break the reign of hatred and resentment, and expose the pretensions of tyrants, and reward the hopes of the decent and tolerant, and that is the force of human freedom (...) America's vital interests and our deepest beliefs are now one (...) We will persistently clarify the choice before every ruler and every nation: The moral choice between oppression, which is always wrong, and freedom, which is eternally right – Presidente George Bush, no discurso de posse, em 20 de janeiro de 2005.

A primeira gestão de Bush caracteriza-se na área da política externa pela formulação – em setembro de 2002 – e aplicação do ideário que, em termos resumidos, garante aos Estados Unidos (EUA) a opção de empregar de modo prioritário a força, em claro detrimento da disponibilidade do emprego de mecanismos conciliativos. Em seu cotidiano, o conceito aplicar-se-ia a Estados desenvolventes, de todas as vertentes, de armas de destruição em massa (ADM)s.

No entanto, sua primeira execução ateu-se a um país – Iraque – potencialmente capaz de produzi-las, mas não produtor como o próprio governo norte-americano forçosamente reconheceu há alguns dias, após sua equipe de cerca de mil e duzentos técnicos civis e militares ter encerrado as investigações em dezembro de 2004, em virtude da ausência de indícios substantivos – em suas primeiras semanas de ocupação, rememore-se que as provas mais significativas haviam sido apenas a localização de dois reboques.

O sucesso das operações militares no Iraque poderia abrir a possibilidade da criação de outros teatros de guerra na região como a Síria e o Irã, o qual, ao lado da Coreia do Norte e do Iraque, compôs a tríade da política externa norte-americana – o chamado *Eixo do Mal*, isto é, Estados ditatoriais detentores de projetos de desenvolvimento de mísseis balísticos. Com a derrocada do governo de Saddam Hussein e sua posterior captura, após liderar parte da resistência à invasão anglo-americana, a expressão torna-se claudicante.

Em um balanço preliminar do primeiro mandato, não obstante a preservação do território norte-americano de novas investidas terroristas por parte de grupos integristas, os Estados Unidos não obtiveram êxito em seu programa de reordenação político-econômica do Oriente Médio e adjacências, em decorrência do malogro da ocupação do Afeganistão e Iraque, reforçado pelos registros de torturas a prisioneiros militares; da ausência de abertura política, mesmo gradual, de países como Arábia Saudita e Egito, apesar de aliados no embate contra o terrorismo; do encaminhamento para estabelecer o Estado da Palestina; da guerra civil no Sudão; e do aumento substancial dos preços de petróleo.

A despeito do descrédito perante a maior parte da comunidade internacional, os neoconservadores insistem na visão maniqueísta de que a gestão Bush tão-somente espraia democracia, ao estimular e apoiar a realização de eleições mesmo nos rincões mais tradicionalmente infensos a este tipo de regime, tendo por resultado a limitação imediata de atividades terroristas e, portanto, a manutenção de um mundo mais seguro.

Nesse sentido, a consequência de tal postura seria a sua reiteração em seu segundo mandato, refletida no discurso de posse ao mencionar, de modo variado, por dezenas de vezes a palavra liberdade – sustentáculo de seu ideário que, na visão reacionária, em casos extremos, justificaria o emprego *a posteriori* da força.

* Professor do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília (UnB), mestre e doutorando em História das Relações Internacionais pela mesma universidade.

Por conseguinte, ao reformular seu ministério, Bush indica que a linha-mestra permanecerá, isto é, a política de força, não de negociação, a despeito da já cansativa retórica de que seria o momento da diplomacia. Destarte, duas confirmações – Vice-Presidente Dick Cheney e Ministro da Defesa Donald Rumsfeld –, que por si não necessitam de explicação, e alterações chamam a atenção de um enrijecimento político: a primeira foi a substituição de Collin Powell no Ministério das Relações Exteriores/Departamento de Estado por Condoleeza Rice, até então titular da Assessoria de Segurança Nacional.

Rice, pertencente à linha realista, expressara-se, ainda durante a campanha presidencial de 2000, a favor da primazia dos interesses nacionais – reestruturação das forças armadas, expansão dos acordos de livre-comércio, confrontação com regimes ditatoriais, manutenção das alianças com os aliados e estreitamento do relacionamento com grandes potências, como Rússia e China – ante a promoção de valores ou idéias em si mesmos como democracia, por exemplo.

Nesse sentido, a fim de resumir o posicionamento dos Estados Unidos nos próximos anos, ela, ao ser sabatinada na Comissão de Relações Exteriores do Senado, cunhou a expressão ‘vanguardas da tirania’ – *outposts of tyranny* – para expressar a preocupação do país além de Estados possíveis fabricantes de armas de destruição em massa ou de mísseis balísticos, de forma que se rearticulou o conceito primeiro – Eixo

do Mal – para um mais elástico e, desta forma, mais amplo tanto cultural como geograficamente: Bielorrússia, Coreia do Norte, Cuba, Irã, Mianmá (antiga Birmânia) e Zimbábue.

A segunda relacionou-se ao Ministério da Justiça quando da troca de John Ashcroft por Alberto Gonzalez. A princípio, ambos equiparam-se na expressão de pontos de vista conservadores, mas partiu, em 2002, da lavra do novo titular da Justiça, antigo assessor da Presidência, parecer relativo aos detidos na base militar de Guantánamo que isentava os Estados Unidos de lhes conceder os direitos previstos da Convenção de Genebra a prisioneiros de guerra. Na ausência de uma denúncia formal norte-americana em relação ao teor da Convenção, sua legislação interna deveria adaptar-se a ela.

Também em 2002, houve dele novamente, mesmo rejeitado posteriormente por Bush, opinião favorável à restrição do conceito de tortura, a ser aplicado apenas em caso de sofrimento extremo. Tal gesto decorreria em virtude da intensidade do perigo ocasionado no combate ao terrorismo.

Desta forma, ante tamanha contradição entre o pregado, dado o conteúdo religioso contido nas declarações presidenciais, e o aplicado, simbolizado por inúmeras imagens de maus tratos em áreas administradas pelos Estados Unidos, fica patente que o cenário de crise perdurará e, por isso, a violência se prolongará como cotidiano do impasse estabelecido entre teoria e prática.



Sobre Meridiano 47

O *Boletim Meridiano 47* não traduz o pensamento de qualquer entidade governamental nem se filia a organizações ou movimentos partidários. *Meridiano 47* é uma publicação digital, distribuído exclusivamente em *RelNet* – Rede Brasileira de Relações Internacionais (www.relnet.com.br), iniciativa da qual o *IBRI* foi o primeiro parceiro de conteúdo. Para ler o formato digital, distribuído em formato PDF (*Portable Document Format*) e que pode ser livremente reproduzido, é necessário ter instalado em seu computador o software *Adobe Acrobat Reader*, versão 3.0 ou superior, que é descarregado gratuitamente em <http://www.adobe.com.br/>.

© 2000-2005 Instituto Brasileiro de Relações Internacionais – Todos os direitos reservados. As opiniões expressas nos trabalhos aqui publicados são da exclusiva responsabilidade de seus autores.